manchete

Diário Notícias

11-11-2022

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 11

Opinião
Miguel Romão

Já cá faltava a revisão constitucional

O tema da revisão da Constituição foi inopinadamente colocado na agenda política, pela apresentação de um projeto do Chega e, à partida, parece ter tudo para correr mal.

PS e PSD, que deixavam escapar para a imprensa ainda há poucos dias uma disponibilidade para uma revisão do texto constitucional dita circunscrita, minimalista, que versasse o uso de metadados na investigação criminal e a legitimação de confinamentos em caso de emergências sanitárias, evoluem agora, sem nunca concretizar, para coisas ainda mais abstratas. O Presidente da República, nunca nos falhando no método, já disse também uma coisa e o seu contrário sobre o tema.

António Costa, aliás, em maio, dizia até que uma revisão constitucional não era necessária nem aconselhável e que em junho, deste ano em curso, haveria uma proposta de lei do governo, a ser apresentada ao parlamento, que estaria a ser ultimada pelo Ministério da Justiça, e que daria resposta às limitações que o Tribunal Constitucional apontou para o uso de metadados de comunicações na prevenção e investigação criminal. "No que diz respeito, em concreto, à investigação criminal, tendo em conta a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, não é em sede de revisão Constitucional que se poderá obter a melhor resposta", explicava então o primeiro-ministro.

Neste momento, os deputados do PSD, a quem cabe apresentar qualquer projeto de revisão constitucional, indignam-se com o próprio partido por não haver qualquer discussão interna sobre o tema – apesar de a proposta estar prometida. Na imprensa de ontem, contudo, um dirigente deste partido falava de um projeto de revisão constitucional que contemple os temas da "coesão territorial, modernização dos direitos fundamentais e políticas públicas voltadas para as pessoas".

Os deputados do PS, por seu turno, falam agora de "termos uma Constituição da República mais progressista, consolidando e alargando o catálogo de direitos fundamentais, sobretudo no domínio social"...

Vou ter alguma curiosidade em perceber como se conjugará afinal a "modernização" e "consolidação dos direitos fundamentais" com o alargar das possibilidades de interceção ou partilha de dados de comunicações pessoais e confinamentos administrativos de cidadãos. E será sempre útil receber educação adicional sobre o que devam ser, constitucionalmente, "políticas públicas voltadas para as pessoas" e, naturalmente, uma Constituição "mais progressista"...

Pode ser que seja desta que a conversa vazia da inovação, da avaliação, do mérito, do engagement e do people-oriented chegue ao texto constitucional! Isso sim seria fazer um grande serviço à Nação. Todos nós sabemos, e muito sentem na pele, qué o dinheiro que falta para comer no fim do mês e os dois anos de demora na marcação de uma consulta de especialidade se devem à sua diminuta libido de engagement e de inovação.

Senhores deputados, alargai e consolidai então lá o catálogo, sede muito progressistas e orientai a carroça para as pessoas. De caminho, contudo, se possível, não esqueçam a sobriedade e a exigência do que nos é substancial e se nos escapa por entre os dedos, por vezes todos os dias.

> **O Presidente da República, nunca nos falhando no método, já disse também uma coisa e o seu contrário sobre o tema [revisão constitucional].**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.